

George Martine
Coordenador BRA/81/001
OIT/CNRH
abril , 1981

NOTAS SOBRE OS RESULTADOS PRELIMINARES
DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980

INTRODUÇÃO

Durante a década de '70, três grandes questões populacionais concentraram as atenções de especialistas, planejadores e público em geral: o crescimento populacional e o controle da natalidade; a concentração urbana e metropolitana da população; e a ocupação das áreas de fronteira. A análise dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1980 já permite trazer luzes adicionais sobre cada uma destas questões.¹

1) Crescimento Populacional, Controle da Natalidade e Planejamento Familiar

Inicialmente, vale salientar que o ritmo de crescimento populacional brasileiro sofreu uma queda significativa durante a última década. Recapitulando as tendências de décadas recém-passadas com o intuito de estabelecer parâmetros de comparação, observa-se que o Brasil começou a sofrer um aumento importante na sua taxa de crescimento populacional a partir de 1940; naquela década, a média anual alcançava 2.34%, passando para 3.05% na de '50 e declinando ligeiramente para 2.88% na de '60. O principal responsável por essa aceleração no ritmo de crescimento entre 1940-70 foi, sem dúvida, a queda da mortalidade, já que a fecundidade se mantinha essencialmente estável em níveis muito elevados.

O fenômeno a ser destacado para o período 1970-80 reside justamente na adoção de um novo padrão de comportamento reprodutivo, refletido numa taxa de crescimento populacional situada em torno de 2.47% ao ano. Esse descenso, apoiado no processo de urbanização e modernização, deve-se, em primeira instância, à adoção maciça de técnicas de limitação de filhos, já que os níveis de mortalidade mantiveram-se relativamente estáveis. Embora as informações disponí-

1) Os dados utilizados neste trabalho foram extraídos de SEPLAN/FIBGE, IX Recenseamento Geral do Brasil - Censo Demográfico de 1980: Resultados Preliminares, 1980. As informações citadas no texto encontram-se nas tabelas 1 e 2, em anexo.

veis não permitam desagregar esses padrões por regiões ou sub-áreas, é provável que o declínio de fecundidade se observe particularmente nas áreas urbanas, onde a mudança no comportamento e nos valores tradicionais, assim como o acesso a informação e técnicas de controle da prole, é maior.

Esses padrões têm repercussões importantes para o debate nas diversas esferas a respeito do crescimento populacional e da política de emprego, do controle da natalidade e do planejamento familiar. Inicialmente, é evidente que o descenso observado na taxa de crescimento populacional e de fecundidade, processou-se sem participação efetiva do poder público, demonstrando portanto ser resultado de ações e reações espontâneas de indivíduos e casais. Segundo, o declínio da fecundidade no Brasil, em comparação com o ritmo da transição demográfica em outros países, está-se dando de forma bastante acelerada, esvaziando portanto a necessidade ou a desejabilidade de se desenvolver esforços governamentais visando diminuir o ritmo de crescimento da população.

Terceiro, pareceria ser hora de retirar a questão da área polêmica-emocional, disassociando o "controle de natalidade" (tentativas realizadas por governos, ou agências públicas ou privadas, de diminuir o ritmo de crescimento populacional) de "planejamento familiar" (tentativas realizadas por indivíduos ou casais para aumentar, limitar ou espaçar sua prole, de acordo com seus próprios projetos de vida). Assim ficaria definitivamente enterrado o conceito de uma ingerência estatal sobre a procriação e dar-se-ia uma outra dimensão ao planejamento familiar isento (i.e. - livre de ingerências internacionais), que passaria a constituir uma simples manifestação adicional do controle exercido pela pessoa humana sobre o seu próprio destino, privilégio este tradicionalmente reservado aos estratos sociais mais abastados.

Por último, e mais importante, está a consequência deste recente descenso sobre a necessidade de criação de emprego. Deve ser enfatizado que, embora os dados disponíveis do Censo de 1980 ainda não estejam desagregados por grupos etários, é lícito afirmar desde já, que o impacto do declínio das taxas de crescimento sobre a força de trabalho e sobre a necessidade de criação de empregos, não será evidenciado no futuro imediato. Há uma defasagem intrínseca entre o início do descenso da reprodução e a verificação dos seus efeitos sobre a força de trabalho.² Assim, ao contrário do que vem sendo afirmado em alguns círculos, haverá necessidade de continuar criando em torno de 1.5 milhões de novos empregos anualmente durante a próxima década, apenas para manter os atuais níveis de desemprego e subemprego.

2) A Concentração da População

Os dados do Censo de '80 contrariam as expectativas de alguns setores com relação ao declínio do processo de concentração da população brasileira. De fato, a década de '70 foi marcada por uma acentuação da tendência concentradora em torno das áreas mais dinâmicas e mais densamente povoadas do país. É bem verdade que a participação relativa das grandes regiões na população total sofreu modificações muito pequenas entre 1970-80, mas essa aparente estabilidade esconde diferenças significativas no remanejamento espacial a nível de sub-regiões: as tendências mais destacadas na década dizem respeito à mudanças intra-regionais que levaram à concentração progressiva dos habitantes em áreas já densamente povoadas. Este padrão se torna mais claro ao serem examinadas a distribuição espacial do crescimento populacional, por um lado, e o papel das Áreas Metropolitanas nesse crescimento, por outro.

-
- 2) Em essência, isto deve-se a que: a) o número de nascimento depende não só da taxa de fecundidade, mas também do número de mulheres em idades reprodutivas - o qual reflete as taxas de crescimento de um passado relativamente longínquo; b) a diminuição da entrada na força de trabalho só será efetivada uns quinze anos (tomando esse número como a idade média da entrada na força de trabalho) após a queda no volume global de nascimentos.

a) Distribuição Regional e Estadual do Crescimento Demográfico

As duas regiões mais populosas - Sudeste e Nordeste - foram responsáveis por 72% do crescimento populacional durante a década e, por este motivo, apesar das taxas de crescimento mais aceleradas em regiões como o Norte e Centro-Oeste, a distribuição relativa por região não sofreu alterações significativas durante o período. O Sudeste - apesar de taxas de crescimento abaixo da média nacional em três de quatro Estados - absorveu 46% do aumento total da população, sendo que o Estado de São Paulo sozinho respondeu por 28% do total. Considerando que, na década anterior, o Sudeste e São Paulo tinham absorvido, respectivamente, 40% e 22% do aumento total, conclui-se que a tendência concentradora nas regiões mais dinâmicas do país acentuou-se significativamente no período recente. Por sua vez, a Região Nordeste, apesar de taxas de crescimento abaixo da média nacional em 9 dos seus 10 Estados, contribuiu com mais de 26% do total, o qual, na realidade, significa que o Nordeste teve maior participação no crescimento total do que na década de 1960-70.

Esses dados já começam a apontar para a dificuldade e a morosidade inerente dos esforços dirigidos a modificar a inércia das tendências de distribuição espacial da população através da canalização de recursos e fluxos migratórios para regiões menos densamente povoadas. Nesse mesmo sentido, observa-se que a Região Sul - apesar de que todos os seus Estados cresceram abaixo da média nacional - absorveu uma proporção do crescimento total ligeiramente maior do que as Regiões Centro-Oeste ou Norte.

Adotando uma hipótese simplificada sobre a evolução do crescimento vegetativo nas diversas regiões, pode-se estimar uma ordem de magnitude dos fluxos migratórios que contribuíram para tal

concentração.³ Esse exercício demonstra, em primeiro lugar, o forte poder de atração desempenhado pelo Estado de São Paulo sobre a população oriunda de outras áreas. Estima-se que o Estado teria recebido uma migração líquida de mais de três e meio milhões de pessoas; isto equivale a quase quatro vezes o quantitativo recebido por toda a Região Norte e cinco vezes o quantitativo recebido pela Região Centro-Oeste durante a década. O Estado do Rio de Janeiro - em função principalmente do poder de atração da AM do Rio de Janeiro, conforme demonstrado mais abaixo - continua figurando como segundo maior polo de atração a nível estadual, tendo recebido um contingente líquido superior a 700 mil pessoas.

A atração exercida pelas Regiões Norte e Centro-Oeste não deixa de ter sua importância, particularmente quando vista em termos relativos. A Região Norte foi receptora de um contingente líquido total de mais de 900 mil pessoas, sendo que Pará e Rondônia receberam 440 e 340 mil migrantes líquidos, respectivamente, quantitativos que representam um incremento significativo na população total de cada Unidade Federativa. Esses movimentos já constituíam fato notório; na realidade, esperava-se que os dados censitários demonstrassem um aumento populacional ainda maior, pelo menos em Rondônia. Em termos relativos, a migração para Roraima também foi importante, já que seu saldo positivo representa um aumento que ascende a mais de 50% de sua população no início da década. A Região Centro-Oeste, como um todo, continuou exercendo um forte poder de atração sobre migrantes nacionais mas, ao contrário dos períodos anteriores, o pólo principal durante 1970-80 não foi a fronteira agrícola senão o centro urbano-administrativo do DF, receptor de mais de 450 mil migrantes líquidos.

3) Para efeitos desse cálculo, presume-se, essencialmente, que o descenso nas taxas de crescimento vegetativo tenha ocorrido na mesma proporção em cada uma das dez regiões censitárias, partindo dos níveis regionais estabelecidos para 1960-70 em José Alberto M. de Carvalho - "Evolução Demográfica Recente no Brasil", Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro 10(2): 527-553, Agosto de 1980. Embora os quantitativos estimados desta forma não possam pretender ser exatos, acredita-se que as ordens de magnitude estejam corretas na grande maioria dos casos.

Quanto ao outro lado da moeda - os Estados de maior perda líquida - o Paraná apresenta a grande surpresa, pois teria sofrido, de acordo com nossas estimativas, um saldo migratório negativo de 1.570 mil pessoas. Isto faria com que o Estado do Paraná, que desde 1940 e até mesmo na década de '60, constituía uma área de atração por excelência, teve uma emigração líquida comparável ao Estado de Minas; este, como se sabe, além de ser tradicionalmente o maior fornecedor de mão-de-obra para o resto do país, tem uma base populacional quase duas vezes maior que o Paraná.

Esta conjuntura, embora a nível mais moderado, se verifica também no Estado de Goiás, que desde a década de '40 vinha se constituindo como uma das maiores áreas de atração do país, mas que no período 1970-80 chegou a mostrar um balanço migratório negativo estimado em cerca de 80 mil pessoas. O caso do Rio Grande do Sul, que registrou um saldo negativo de 580 mil pessoas no intervalo, já era esperado, tendo em vista o histórico emigratório do Estado nas últimas décadas.

Por outro lado, o Nordeste como um todo continua perdendo contingentes populacionais líquidos bastante significativos, sendo Maranhão o único Estado nordestino a apresentar um saldo positivo durante o período. As perdas maiores, em termos absolutos, foram registradas em Pernambuco e Bahia, com saldos negativos de 620 mil e 580 mil migrantes, respectivamente; em termos relativos, porém, o Estado da Paraíba, com sua perda líquida de 350 mil pessoas foi o mais afetado pela emigração. O Nordeste como um todo teria perdido, segundo essas estimativas, um saldo de 2.2 milhões de migrantes. Apesar de ser esta uma quantia evidentemente substantiva, ela representa uma emigração, em termos proporcionais, bastante menor que a sofrida por Minas ou Paraná.

b) A Metropolização do Crescimento

O exame mais detalhado da dinâmica populacional das Áreas Metropolitanas entre 1970-80, na Tabela 2, confirma e enfatiza as conclusões anteriores com respeito à concentração progressiva da população nas regiões mais dinâmicas e já densamente povoadas. Observa-se, inicialmente, que mais de dois quintos do aumento populacional brasileiro da década concentrou-se nas nove AMs; estas, conjuntamente com o Distrito Federal, aumentaram a um ritmo anual de 3.89% ao ano e responsabilizaram-se por 43.9% do crescimento total no período. A migração líquida para essas dez cidades ascendeu a 5.7 milhões de pessoas; como resultado desse processo de concentração, 29.5% da população já residia numa das dez maiores cidades do país em 1980, comparado com 26.1% em 1970. Entretanto, mais notável ainda é o fato de que 28.3% do crescimento total verificado na década localizou-se em apenas três AMs - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte; a AM de São Paulo - que aumentou sua população total de 8.137 para 12.578 mil pessoas - respondeu sozinho por 17.2% do crescimento total. A população do município central dessa AM - o município de São Paulo - passou de 5.921 para 8.585 mil pessoas; desta forma, esse município sofreu um incremento maior do que o aumento populacional de toda a Região Norte ou de toda a Região Centro-Oeste!

A maior taxa de crescimento das cidades de mais de 1 milhão de habitantes em 1980 foi a do Distrito Federal - 8.13%. Em seguida, encontra-se Curitiba com 5.8% ao ano, produto em parte da evasão populacional de resto do Estado; depois, Belo Horizonte (4.67), São Paulo (4.45) Salvador (4.39), Belém e Fortaleza (4.3%). As AMs de menor crescimento relativo foram as do Rio de Janeiro (2.47% ao ano), Recife (2.73%) e Porto Alegre (3.84%).

Outro aspecto a destacar é a participação das AMs nos fluxos migratórios dirigidos a cada Estado.⁴ Em São Paulo, as migrações para a AM equivalem a quase 80% dos 4.440 mil migrantes líquidos estimados para o Estado. No Estado do Rio de Janeiro, a migração líquida que se avoluma dentro da AM equivale a 99% da do Estado, apesar da baixa taxa de crescimento verificada nessa cidade. Na maioria dos outros Estados que contêm uma AM, a migração maciça para a AM disfarça uma perda líquida muito maior sofrida pelo resto do Estado. Assim, por exemplo, a atração exercida por Curitiba - que recebeu 390 mil migrantes líquidos - atenuou a perda populacional do Estado, estimada acima em 1.570 mil pessoas; ou seja, presumindo - se que a grande maioria dos migrantes decenais encontrados em Curitiba em 1980 sejam provenientes do próprio Paraná - pressuposto este justificável em função dos padrões verificados através de Tabulações Especiais do Censo de 1970 - então a perda líquida do resto do Estado ascenderia a mais de dois milhões de pessoas, em vez de 1.570 mil, conforme citado acima. Da mesma forma, a perda líquida de Minas Gerais alcançaria a cerca de 2.1 milhões (em vez de 1.640 mil), Ceará a 650 mil (em vez de 420 mil), Bahia a 815 mil (em vez de 580 mil) e o Rio Grande do Sul a 850 mil (e não 450 mil). Apenas Recife teve um impacto migratório praticamente nulo, enquanto que a migração para Belém equivale a menos de um quarto do influxo líquido verificado no Pará.

Apesar do forte impacto migratório em todas as AMs exceto Recife, deve-se observar também que o crescimento vegetativo nessas cidades têm produzido um acréscimo populacional quase tão signi

4) Para efeitos de estimar o saldo migratório em cada AM, foi utilizado o mesmo pressuposto descrito na nota 3. Como é quase certo que todas as AMs têm uma taxa de crescimento vegetativa menor que o resto dos seus respectivos Estados, pode-se presumir que as estimativas de migração líquida para cada AM são conservadoras, i. e. - menor do que na realidade. Por outro lado, deve ficar claro que as estimativas de saldos migratórios observados nas Tabelas 1 e 2 não são comparáveis, já que os da Tabela 1 incluem apenas saldos migratórios interestaduais e os da Tabela 2, migrações intra e inter-estaduais.

ficativo quanto a própria migração. Em seis AMs - Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro - o impacto do crescimento vegetativo chega a ser mais importante do que a migração líquida sobre o aumento populacional. Apenas em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e o DF, é que a migração líquida ultrapassou o crescimento natural. Mesmo assim, a AM de São Paulo teve um aumento populacional via crescimento vegetativo durante a década maior do que o tamanho de Belo Horizonte no início da década.

Em suma, embora os dados do Censo de '80 ainda não estejam desagregados a nível de domicílio urbano-rural, é válido acreditar, após o exame das informações referentes às Áreas Metropolitanas, que a maior parte do aumento populacional durante a década 1970-80 se concentrou nas cidades. Desta forma, apesar do discurso bastante generalizado valorizando a "fixação do homem à terra", a "descentralização de atividades econômicas", a "ocupação da fronteira agrícola", o "desenvolvimento regional equilibrado" etc., o Brasil segue inexoravelmente o curso histórico da urbanização e da concentração populacional em áreas já congestionadas. Tendo mais de 85% do seu PIB gerado em áreas urbanas e 35 milhões de pessoas residentes em cidades de mais de 1 milhão de habitantes, o Brasil hoje já é um país de concentração urbana bastante intensa.

Particularmente notável é a concentração populacional em torno da AM de São Paulo, presumivelmente o reflexo da concentração progressiva de investimentos e atividades econômicas. Por outro lado, sabendo-se que a taxa de crescimento de emprego em grandes estabelecimentos para todo o período 1977-80 tenha sido de apenas 2.46% na AM de São Paulo,⁵ essa concentração merece uma análise mais aprofundada. Não se trata de fazer aprioristicamente uma tola crítica anti-urbana, pois o processo de urbanização é historicamente inevi-

5) Dados preliminares extraídos da Série Indicadores de Emprego do SINE/MTb, preparada pelo Setor de Pesquisas e Informações, CNRH/IPEA/SEPLAN.

tável, mas sim de avaliar a relação e os mecanismos de interação entre o crescimento urbano e a alocação espacial de recursos por um lado, e os custos sociais, as limitações inerentes e as perspectivas e alternativas do crescimento, por outro.

3) A Fronteira Agrícola e a Absorção de População

Outro aspecto primordial a ser destacado após o exame dos dados preliminares do Censo de '80, diz respeito à aparente falência da fronteira agrícola como absorvedor permanente de grandes quantitativos de mão-de-obra rural. Essa argumentação referente à fronteira agrícola tem dois capítulos: o esvaziamento de áreas agrícolas recém-ocupadas e a lentidão do processo de absorção da população em áreas novas.

Com relação ao primeiro ponto, já foi mencionado acima a surpreendente perda migratória sofrida por Estados que, até recentemente, constituíam áreas de atração maciça de fluxos migratórios rurais-rurais. O Estado do Paraná, que até 1970 apresentava um saldo migratório positivo elevadíssimo em função da ocupação da fronteira agrícola, foi desfalcado de um milhão e meio de pessoas. O Estado de Goiás, que também ostentava um saldo positivo considerável de migrantes rurais-rurais, na década de '60, também começou a perder migrantes na de '70 - apesar de sua proximidade do Distrito Federal e do desbordamento do rápido crescimento deste para Goiás. O próprio Mato Grosso do Sul, região de atração importante entre 1960-70, teve um aumento, via migração líquida, de apenas 28 mil pessoas entre 1970-80.

Por outro lado, a comparação do crescimento havido na Região Amazônica com as expectativas otimistas geradas no início da década relativas à absorção de população rural a ser propiciada pelos projetos amazônicos de colonização, deixa transparecer o equívoco monumental dessas expectativas. Afirmava-se que os projetos de colonização dirigida alcançariam absorver cerca de 100 mil famílias entre 1970-74 e um milhão de famílias até 1980. Supondo

uma média de 5.2 pessoas por família, teria sido absorvido, dessa forma, um contingente maior a 5 milhões de pessoas no período inter-censitário, apenas nos projetos de colonização - o qual teria constituido uma solução respeitável para o problema do excedente rural em outras áreas.

Na prática, a Região Norte como um todo teve um incremento populacional absoluto (incluindo o crescimento vegetativo) de apenas 2.264 mil pessoas - inferior, portanto, ao crescimento do município de São Paulo. Ademais, 40% desse crescimento localizava-se nas 6 principais cidades da região (as capitais mais Santarém). Os fluxos migratórios para a Região - incluindo os fluxos para áreas urbanas, que certamente devem constituir mais da metade de todas as correntes migratórios - foram estimados em 915 mil; é provável que tenha havido uma subestimação censitária do crescimento da população em áreas fronteiriças de maior dinamismo (e.g. Rondônia) mas, mesmo supondo que esta tenha sido altíssima, a reduzida importância da fronteira agrícola na globalidade do crescimento populacional e da migração interna não ficaria descaracterizada.

Enfim, apesar da mobilização governamental e das esperanças investidas na contenção dos fluxos rural-urbanos, na radicação da população agrícola pela colonização de áreas novas, a fronteira agrícola constitui, nas circunstâncias atuais, uma alternativa muito parcial e de duração reduzida para a absorção de mão-de-obra. Deve-se concluir daí que a vocação histórica do país é eminentemente urbano-industrial e que a imensidão de áreas pouco povoadas representa um trunfo vazio nos esforços de desenvolvimento?

Na realidade, tal conclusão seria precipitada. Por um lado, dependendo dos critérios e do sistema valorativo adotados, o esvaziamento de áreas recentes de fronteira e a lentidão do processo de assentamento em áreas novas, poderiam até ser considerados positivas. Por exemplo, há indícios de que tanto a produtividade como a produção global de regiões como o Paraná teriam sofrido um acréscimo considerável durante a última década - decorrente, em par

te, de uma mudança na composição de culturas e na estrutura fundiária que, por sua vez, propiciaram e aceleraram o êxodo rural. O problema do balanço de pagamentos não se deteriorou ainda mais graças ao esforço feito no sentido de incentivar a produção para exportação - geralmente intensiva em tecnologia. Da mesma forma, a incorporação de áreas novas através de médias e grandes empresas tem contribuído substancialmente para o aumento da produção agrícola.

Por outro lado, se tivesse sido privilegiado a ocupação de áreas novas através de pequenos produtores, conforme previsto no PIN, é certo que a capacidade de absorção e retenção dessas regiões teria sido multiplicada. Da mesma forma, se tivessem sido implementadas políticas de subsídios à pequena produção em áreas já densamente ocupadas, é óbvio que a taxa de retenção da população teria sido muito mais alta.

Dessa argumentação, o importante a destacar é que a capacidade de absorver e reter população em áreas de fronteira ou em áreas de agricultura tradicional é função, principalmente, das políticas agrícolas adotadas, as quais por sua vez refletem as prioridades do próprio modelo. Ao ser enfatizada a produtividade como objetivo primordial, acentua-se o processo de valorização da terra, a tecnificação da lavoura e a expulsão de pequenos produtores. A pergunta que se coloca é a do trade-off entre esse objetivo e o objetivo mais amplo de dar condições satisfatórias de emprego e salário a toda população. Por outro lado, é duvidoso que a intensificação do processo de concentração possa continuar indefinidamente sem pôr a risco os próprios alicerces da sociedade, face aos problemas sociais que dele decorrem.

TABELA 2 - DINÂMICA POPULACIONAL DAS ÁREAS METROPOLITANAS
BRASILEIRAS, 1970-80

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
ÁREAS METROPOLITANAS	População 1970	População 1980	Aumento Absoluto	% sobre o Au mento do País	Taxa de Cres mento Anual	Migração Líquida	Crescimento Vegetativo
Belém	656.351	1.000.357	344.006	1.33	4.30	+ 100.128	243.878
Fortaleza	1.038.041	1.581.457	543.416	2.11	4.30	+ 225.200	318.216
Recife	1.792.688	2.346.196	553.508	2.14	2.73	+ 3.952	549.556
Salvador	1.148.828	1.766.075	617.247	2.39	4.39	+ 231.117	386.130
Belo Horizonte	1.605.663	2.534.576	928.913	3.60	4.67	+ 440.772	488.141
Rio de Janeiro	7.082.404	9.018.961	1.936.557	7.50	2.47	+ 710.026	1.226.531
São Paulo	8.137.401	12.578.045	4.440.644	17.21	4.45	+ 2.765.072	1.675.572
Curitiba	820.766	1.441.743	620.977	2.41	5.80	+ 386.849	234.128
Porto Alegre	1.531.164	2.232.370	701.202	2.72	3.84	+ 399.390	301.812
D.F. .	538.351	1.176.748	638.397	2.47	8.13	+ 454.458	183.939
TOTAL	24.351.657	35.676.528	11.324.867	43.88%	3.89	+ 5.716.964	5 607.903
BRASIL	93.215.311	119.024.600	25.809.289	100.00%	2.47	-	25.809.289

FONTE: Resultados Preliminares do Censo 1980 - FIBGE.

TABELA 1 - ASPECTOS DA DINÂMICA POPULACIONAL BRASILEIRA, 1970-80

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
REGIÃO e ESTADO	População Residente 1970	População Residente 1980	Diferença Absoluta 1970-80	População Residente 1970 (%)	População Residente 1980 (%)	% do aumen- to total 1970-80	Taxa de Crescimento Anual 1970-80	Migração Líquida 1970-80
NORTE	3.602.171	5.866.673	2.264.502	3.86	4.93	3.77	5.00	915.120
Rondônia	113.659	492.744	379.085	0.12	0.41	1.46	15.80	336.508
Acre	216.200	301.628	85.428	0.23	0.25	0.33	3.39	4.439
Amazonas	955.394	1.406.354	450.960	1.02	1.18	1.75	3.94	93.067
Roraima	40.915	79.078	38.163	0.04	0.07	0.15	6.81	22.836
Pará	2.161.316	3.411.235	1.249.919	2.32	2.87	4.84	4.67	440.285
Amapá	114.687	175.634	60.947	0.12	0.15	0.23	4.35	17.985
NORDESTE	28.150.078	34.855.745	6.705.667	30.20	29.28	25.98	2.16	- 2.218.645
Maranhão	2.997.576	4.002.679	1.005.103	3.22	3.36	3.89	2.93	100.393
Piauí	1.680.964	2.140.064	459.100	1.80	1.80	1.78	2.44	- 48.238
Ceará	4.366.970	5.293.725	926.755	4.68	4.45	3.59	1.94	- 424.576
RGN	1.552.158	1.899.725	347.567	1.67	1.60	1.35	2.04	- 132.738
Paraíba	2.384.615	2.772.571	387.956	2.56	2.33	1.50	1.52	- 349.948
Pernambuco	5.166.554	6.145.124	978.570	5.54	5.16	3.79	1.75	- 620.187
Alagoas	1.589.605	1.987.673	398.068	1.71	1.67	1.54	2.26	- 93.825
FN	1.239	1.266	27	-	-	0.0	0.22	- 393
Sergipe	901.618	1.142.368	240.750	0.97	0.96	0.93	2.39	- 64.955
Bahia	7.508.779	9.470.550	1.961.771	6.06	7.96	7.60	2.35	- 584.178
SUDESTE	39.872.625	51.727.924	11.855.299	42.77	43.46	45.93	2.64	2.546.164
Minas Gerais	11.497.574	13.382.904	1.885.330	12.33	11.24	7.30	1.53	- 1.643.229
Esp. Sto.	1.600.305	2.023.752	423.447	1.72	1.70	1.64	2.38	- 67.660
RJ	8.998.857	11.297.962	2.299.105	9.65	9.49	8.91	2.30	717.334
São Paulo	17.775.889	25.023.306	7.247.417	19.07	21.02	28.08	3.48	3.539.739
SUL	16.510.485	19.022.590	2.512.105	17.71	15.98	9.73	1.43	- 1.978.685
Paraná	6.936.743	7.617.292	680.549	7.44	6.40	2.64	0.94	- 1.572.662
Sta. Catarina	2.903.360	3.628.761	725.379	3.11	3.05	2.81	2.26	46.827
RGS	6.670.382	7.776.537	1.106.155	7.16	6.53	4.29	1.55	- 452.850
CENTRO-OESTE	5.079.952	7.551.668	2.471.716	5.45	6.34	9.58	4.04	736.046
MTS	999.452	1.368.803	369.351	1.07	1.15	1.43	3.19	27.868
MT	601.042	1.141.236	540.194	0.64	0.96	2.09	6.62	334.836
Goiás	2.941.107	3.864.881	923.774	3.16	3.25	3.58	2.77	- 81.116
DF	538.351	1.176.748	638.397	0.58	0.99	2.47	8.13	454.458
BRASIL	93.215.311	119.024.600	25.809.289	100.00%	100.00%	100.00%	2.47	+ 6.136.575

FONTE: Resultados Preliminares do Censo 1980 - FIBGE.